

CONFIGURAÇÃO DA UNIVERSIDADE PARA A FORMAÇÃO DOCENTE ANTE O NOVO CONTRATO SOCIAL DA UNESCO PARA A EDUCAÇÃO

Lucenilda Sueli Mendes Cavalcante Abreu, Universidade Estadual do Maranhão, lucenildaabreu@professor.uema.br.

Eixo II: Configurações da Educação Superior: diferentes concepções e percursos formativos em disputa

Introdução

Este estudo situa-se na temática da internacionalização das políticas educacionais (Akkari, 2011; Maués; Camargo; Cabral, 2022), com ênfase na atuação de organismos internacionais como a Unesco. Essa organização vem, sobretudo a partir da década de 1990, influenciando a definição de diretrizes na perspectiva de uma agenda global para a educação (Oliveira, 2020). Nesse sentido, a Unesco tem constituído comissões para a elaboração de relatórios que visam orientar as políticas educacionais mundiais.

Entre os documentos produzidos pelas comissões da Unesco, destaca-se o Relatório "Educação: um tesouro a descobrir" (1996), elaborado pela Comissão Internacional sobre Educação para o Século XXI, presidida por Jacques Delors. Esse relatório definiu os quatro pilares da educação, largamente difundidos nos sistemas de ensino. Passadas mais de duas décadas daquela publicação, a organização divulgou, em 2022, o relatório "Reimaginar nossos futuros juntos: um novo contrato social para a educação" (Unesco, 2022), mantendo o propósito de direcionar as políticas educacionais globais.

Para a elaboração do documento, a Unesco constituiu, em 2019, a Comissão Internacional sobre os Futuros da Educação, coordenada por Sahle-Work Zewde, então presidente da Etiópia. Pautado na visão de futuro da humanidade no planeta, o referido relatório traz como ideia central a construção de "um novo contrato social para a

educação", convocando os sistemas de ensino à criação de "ecossistemas de colaboração" (Unesco, 2022).

Sob o prisma da coletividade e da solidariedade, a proposta do novo contrato social para a educação pressupõe mudanças em todos os níveis de ensino. O presente estudo, situado no âmbito das investigações sobre a educação superior, tem por objetivo analisar as abordagens acerca da configuração da universidade diante da formação de professores, face às propostas de reformas educacionais apresentadas pela Unesco para a consolidação desse novo contrato social. Esta pesquisa, ainda em curso, integra o Projeto Integrado do Eixo II da Rede Universitas/BR: "Educação superior em disputa: formação humana e docente frente às políticas neoliberais".

A relevância acadêmica deste estudo, situado no escopo das pesquisas do Eixo II, que abordam as configurações da educação superior e as disputas por projetos de formação docente, ancora-se na necessidade de analisar as influências da Unesco no processo de internacionalização das políticas educacionais. O foco recai, especificamente, na análise da (re)configuração do papel da universidade sob o ideário ultraneoliberal e de suas implicações na definição de políticas e currículos, na perspectiva de "ajustes" voltados à formação de professores.

No documento analisado, os docentes são convocados a assumir, nas escolas, a função de "agentes de transformação social e justiça climática" (Unesco, 2022). Tais propostas, aparentemente fundamentadas em matrizes humanistas em defesa do desenvolvimento sustentável, quando analisadas em sua essência fenomênica (Kosik, 2002), revelam-se estratégias discursivas para garantir as condições de produção e manutenção da sociedade capitalista, conforme corroborado por Shiroma (2025).

Metodologia

Este estudo, pautado na perspectiva crítica, foi realizado por meio da metodologia de análise documental, fundamentada nos pressupostos teórico-metodológicos evidenciados por Evangelista e Shiroma (2019). As referidas autoras argumentam que a análise documental, na esteira dos fundamentos do materialismo histórico-dialético, parte

da premissa de que os documentos de política educacional, na busca pelo consentimento coletivo, não apresentam seus reais determinantes na superfície. Isso impõe ao pesquisador a mediação teórica para a identificação dos aspectos implícitos nos textos.

Nesse sentido, os estudos realizados com base em documentos formulados para nortear políticas educacionais demandam, por parte do pesquisador, um olhar crítico sobre os discursos elaborados para viabilizar o consenso. Em consonância com essa ideia, Evangelista e Shiroma (2019, p. 85) afirmam que "a análise de políticas exige percorrer os caminhos de sua construção, seus estratagemas de consolidação, rastrear seus slogans para que possamos entender o modo pelo qual articula consensos em torno de seus conteúdos". Portanto, a análise documental permite descortinar projetos educacionais fundamentados na lógica ultraneoliberal por meio de suas abordagens e discursos, visando à tarefa contínua de contestação e resistência a reformas situadas nos limites do Capital.

Discussão dos resultados

No relatório "Reimaginar nossos futuros juntos: um novo contrato social para a educação" (Unesco, 2022), a Comissão Internacional sobre os Futuros da Educação situa as discussões no questionamento sobre "qual é o papel que a educação pode desempenhar para idealizar o nosso mundo comum e o nosso futuro compartilhado, pensando em 2050 e além" (p. xi). Para responder a essa questão, o documento traz como ideia central a construção de um novo contrato social para a educação, cuja finalidade envolve duas frentes articuladas: "reparar as injustiças e transformar o futuro". Na ótica da Comissão, essa tarefa deve ser compartilhada entre governos, instituições e cidadãos de todo o mundo.

Conforme o relatório, na construção coletiva de um novo contrato social para a educação, "os professores devem estar no centro e sua profissão deve ser revalorizada e reimaginada como um esforço colaborativo que desperta novos conhecimentos para promover a transformação educacional e social" (Unesco, 2022, p. 78). Diante da centralidade atribuída aos docentes, o documento afirma que o compromisso da

universidade com a formação de professores deve ser "elevado e priorizado". No entanto, adverte sobre a necessidade de ocorrerem "mudanças fundamentais nos programas e estratégias de formação de professores" (Unesco, 2022, p. 87).

Embora a Comissão afirme que a universidade deve assumir o compromisso com a formação docente, contraditoriamente, desqualifica a instituição como espaço formador ao delegar a tarefa de complementar esse preparo a "vários atores educacionais". Conforme argumentado no relatório da Unesco (2022, p. 87):

> Nem as universidades nem as escolas são capazes de realizar a preparação inicial dos professores por conta própria. Alguns programas preenchem essa lacuna concentrando-se na construção de novos espaços e configurações onde vários atores educacionais, incluindo autoridades públicas, associações de professores e iniciativas não governamentais, possam se reunir para um trabalho conjunto e solidário.

Para fundamentar essa afirmação sobre as parcerias da universidade na formação inicial de professores, a Comissão aponta que é necessário "renovar a missão da educação superior" (Unesco, 2022, p. 57). Isso supõe o resgate da pedagogia para o primeiro plano na universidade. Nesse sentido, o documento afirma que os aspectos pedagógicos são negligenciados na instituição de ensino superior, a qual centraria a formação docente de maneira isolada de outros contextos de colaboração, como a pesquisa-ação e o desenvolvimento de projetos comunitários. Ademais, sugere que, assim como as universidades têm criado "parques científicos e industriais", deve-se também instituir espaços semelhantes para aprendizagens compartilhadas e preparação dos professores.

Assim, no contexto do novo contrato social para a educação, a universidade se configura como uma "instituição colaborativa" que deve estabelecer relações entre a formação de professores e as comunidades de prática, as quais podem ser constituídas por diferentes segmentos sociais. Nesse sentido, a Comissão defende a criação de novos espaços e novas configurações para a formação docente com a participação de outros "atores educacionais", incluindo associações de professores e iniciativas não governamentais, visando ao trabalho "coletivo e solidário".



Para isso, os professores são instados a “ajudar as universidades a se transformarem, renovarem sua missão pública e compreenderem melhor os papéis que desempenham em ecossistemas educacionais mais amplos” (Unesco, 2022, p. 87). Sob o lema da colaboração e da solidariedade, a formação inicial de professores é centralizada na prática e deslocada para contextos e instituições diversas, fundamentando-se na relação imediata do "aprender a aprender". Essa abordagem ocorre em detrimento de uma formação pautada na epistemologia da práxis, campo no qual a universidade desempenha um papel fundamental para constituir os docentes como sujeitos histórico-sociais capazes de compreender e intervir na realidade, dimensão que é inteiramente omitida no documento analisado.

Considerações finais

No relatório “Reimaginar nossos futuros juntos: um novo contrato social para a educação”, a universidade é apresentada como uma instituição centralizadora de conhecimentos. Em consonância com essa visão, o documento aponta que “os sistemas de educação superior continuam sendo lugares que excluem e marginalizam” (Unesco, 2022, p. 73). Desse modo, para o novo contrato social, anunciado pela Unesco como a solução para a educação do futuro frente aos desafios climáticos e humanitários que assolam o planeta, a universidade precisa transformar-se em uma instituição colaborativa e solidária, integrada aos chamados “ecossistemas educacionais”.

Ao pulverizar a formação de professores sob essa perspectiva colaborativa entre diferentes segmentos, o relatório não apenas desqualifica a universidade como lócus da formação desses profissionais, mas também ratifica a tendência da Unesco de estabelecer diretrizes fundamentadas na epistemologia da prática (Abreu, 2023). Esse aspecto fragiliza a formação docente, direcionando-a a um viés pragmático e utilitário em detrimento de uma preparação pautada na perspectiva da práxis, que compreende o professor como sujeito histórico-social capaz de intervir na realidade de forma crítica e politizada (Curado Silva, 2018). Diante desse cenário, a defesa da formação de



professores na universidade e ancorada na epistemologia da práxis apresenta-se como um ponto fundamental de resistência, contestação e luta coletiva.

Referências

ABREU, Lucenilda Sueli M. C. **A Unesco e a formação docente para a educação de qualidade**. 2023. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal do Pará, Belém, 2023.

AKKARI, Abdeljalil. **Internacionalização das políticas educacionais**: transformações e desafios. Petrópolis: Vozes, 2011.

CURADO SILVA, Kátia Augusta Pinheiro Cordeiro. **Epistemologia da práxis na formação de professores**: perspectiva crítico-emancipadora. Campinas: Mercado das Letras, 2018.

EVANGELISTA, Olinda; SHIROMA, Eneida. Subsídios teórico-metodológicos para o trabalho com documentos de política educacional: contribuições do marxismo. *In*: CÊA, Gergia Sobreira; RUMMERT, Sonia Maria; GONÇALVES, Leonardo Dorneles (Orgs.). **Trabalho e Educação**: interlocuções marxistas. Rio Grande: FURG, 2019. p. 83-120.

KOSIK, Karel. Dialética do Concreto. São Paulo: Paz e Terra, 2002

MAUÉS, Olgaíses Cabral; CAMARGO, Arlete Maria Monte; CABRAL, Maria da Conceição Rosa (Orgs.). Políticas educacionais no contexto da Internacionalização. Belo Horizonte: Fino Traço, 2022.

OLIVEIRA, Dalila Andrade. Da promessa de futuro a suspensão do presente: A teoria do capital humano e o Pisa na educação brasileira. Petrópolis: Vozes, 2020.

SHIROMA, Eneida Oto. Ressignificação do trabalho docente no projeto da UNESCO para a educação 2050. **Cadernos Cedes***, 45*, e 289610. 2025. https://doi.org/10.1590/CC289610

UNESCO. **Reimaginar nossos futuros juntos**: um novo contrato social para a educação. Brasília: Comissão Internacional sobre os Futuros da Educação, Boadilla del Monte: Fundación SM, 2022.